

Ofício nº 305 /2017 – MEC

Brasília, 28 de dezembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado GIACOBO**  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados

**Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1565/17, de 29 de novembro de 2017.  
Requerimento de Informação nº 3.286, de 2017, de autoria da Comissão de Educação.**

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1565/17, de 29 de novembro de 2017, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 3.286, de 2017, de autoria da Comissão de Educação, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 16/2017/ASPAR/GM, da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro (ASPAR/MEC), contendo as informações a respeito da implementação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País.

2. Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,

**MENDONÇA FILHO**  
Ministro de Estado da Educação



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOTA TÉCNICA Nº 16/2017/ASPAR/GM/GM

PROCESSO Nº 23123.008172/2017-97

INTERESSADO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTO

0.1. Trata-se de Nota Técnica em resposta ao Requerimento de Informação nº 3.286/2017, da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a qual solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação a respeito da implementação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País.

### 1. REFERÊNCIAS

1.1. Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1565/17. Requerimento de Informação nº 3.286/2017, de autoria da Comissão de Educação. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.

### 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados encaminhou ao Ministério da Educação o Requerimento de Informação nº 3.286/2017, no qual solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação a respeito da implementação da Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País. Posteriormente, o Requerimento foi encaminhado por esta Assessoria Parlamentar à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais apresentaram as informações que subsidiam a presente Nota Técnica.

### 3. ANÁLISE

3.1. Para responder a essa solicitação, cabe esclarecer inicialmente que a União, representada pelo Ministério da Educação, exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme preconizado no § 1º do Art. 211 da Constituição Federal de 1988.

3.2. Ainda segundo o mesmo artigo, os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. Entendemos, com isso, que, em observância à Lei nº 12.244/2010, os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos em busca da universalização das bibliotecas escolares, sendo a atuação da União voltada à função redistributiva e supletiva no que tange à expansão das bibliotecas nas redes estaduais, municipal e distrital.

3.3. A respeito da implementação da Lei n. 12.244/2010, foram sete os pontos apresentados no requerimento:

3.4. **1. Censo das instituições públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País acerca das bibliotecas escolares (existentes e em funcionamento).**

3.5. Cabe esclarecer que o Censo Escolar coleta a informação referente às dependências existentes na escola a partir do preenchimento do campo 36. Nesse campo, devem ser informados os ambientes que existem na escola. Qualquer ambiente que seja utilizado pela escola e/ou comunidade e que faça parte da estrutura física da escola deve ser informado no sistema Educacenso. É nesse campo que há a opção de o informante marcar "biblioteca" e/ou "sala de leitura". Essas orientações e o conceito

de biblioteca e sala de leitura estão expressos no caderno de instruções do Censo Escolar, disponibilizado na página do Inep e serve de referencial conceitual para a busca da qualidade da informação.

3.6. Segue tabela anexa com o número de estabelecimentos de ensino da Educação Básica e Superior com informações de biblioteca - Brasil 2016.

3.7. 2. Se existem bibliotecas paralisadas nas escolas, qual o motivo.

3.8. O Censo da Educação Básica coleta a informação referente às dependências existentes na escola, inclusive a existência de bibliotecas e sala de leitura (campo 36). Reitera-se que este quesito não inclui informação sobre situação de uso das bibliotecas.

3.9. 3. Detalhamento de programas/processos coordenados pelo Ministério da Educação para aquisição de acervos físicos ou digitais que viabilizam o funcionamento das bibliotecas nas escolas.

3.10. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático, PNLD, é uma política pública executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e pelo Ministério da Educação, destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.

3.11. Ao longo dos anos, diversos programas e iniciativas buscaram democratizar o acesso às fontes de informação e cultura, fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes bem como apoiar a atualização e o desenvolvimento do professor. No âmbito desses programas, já foram adquiridos e distribuídos acervos bibliográficos para as bibliotecas escolares; acervos de dicionários; livros paradidáticos para apoio pedagógico nas salas de aula; coleções de periódicos e materiais de referência; materiais de apoio à prática educativa; entre outros.

3.12. A partir de 2017, o Programa passou a ser denominado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), abrangendo entre suas ações a aquisição e distribuição dos materiais outrora executados no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), além de possibilitar a compra de softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos.

3.13. Atualmente, as ações de aquisição e distribuição de livros literários, contempladas anteriormente pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), estão sendo reformuladas a fim de permitir que os estudantes e as escolas recebam obras literárias que permitam apoiar ações de incentivo literário e apoio pedagógico, em quantidade e diversidade adequadas ao cotidiano escolar.

3.14. Nesse sentido, elucida-se que está previsto para o próximo exercício o lançamento do PNLD Literatura, que entre suas premissas viabilizará a aquisição de materiais literários para atendimento de estudantes da educação infantil e dos anos Iniciais do ensino fundamental. A proposta é que os estudantes recebam para seu uso individual dois títulos literários escolhidos por sua escola e as unidades escolares recebam um acervo de livros direcionados à respectiva biblioteca escolar ou sala de leitura.

3.15. Para prosseguimento dessa ação, estima-se que a publicação do edital, a seleção das obras inscritas, a aquisição e a distribuição dos materiais ocorra no primeiro trimestre de 2018. Inicialmente, com essa ação, pretende-se adquirir e distribuir cerca de 46 milhões de livros literários para atender mais de 11 milhões de estudantes de 84 mil escolas.

3.16. O PNLD Literatura visa ampliar a forma de atuação das bibliotecas escolares a fim de valorizar e aperfeiçoar os ambientes escolares voltados para o incentivo à leitura, colaborando para o desenvolvimento dos estudantes por meio de uma política pública que revigore esses espaços e favoreça uma experiência literária dentro das escolas, ampliando as formas de aprendizagem.

3.17. 4. Pesquisas e estudos realizados em parceria com o Ministério da Educação acerca da leitura e de como está sendo realizada a política nacional de leitura no País.

3.18. O PAR (Plano de Ações Articuladas) disponibiliza, a todos os estados e municípios, ferramenta para apoiar na realização de diagnóstico das redes públicas de ensino. Uma das dimensões deste diagnóstico corresponde ao levantamento das condições da rede física.

um dos indicadores mensurados é o "Biblioteca: instalações, espaço físico e organização". Este indicador verifica se:

- As escolas da rede possuem biblioteca, em cumprimento à Lei 12.244/2010.
- As instalações estão acessíveis, devidamente equipadas e mobiliadas, além de adequadas para a organização e armazenamento do acervo.
- Esse acervo apresenta requisitos de acessibilidade, e é extensivo à educação especial, à educação de jovens e adultos e à educação para as relações étnico-raciais.
- As instalações favorecem a realização de estudos individuais e em grupo, e oferecem acesso a redes digitais de computadores, inclusive à internet.

3.19. **5. Eventos promovidos em parceria com o Ministério da Educação para fomento da leitura no País.**

3.20. MEC e Minc coordenam conjuntamente o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), o qual consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País. O Prêmio Vivaleitura é uma das linhas de ação do PNLL. Nasceu como desdobramento do Ano Ibero-americano da Leitura que ocorreu em 2005, e acumula quase quinze mil projetos inscritos nas oito edições. Está em tramitação no Ministério da Cultura minuta do Edital da 9ª edição do Prêmio.

3.21. **6. Censo e informações sobre os novos projetos arquitetônicos das novas escolas com a previsão de bibliotecas e se estão sendo cumpridas as condições de acessibilidade.**

3.22. O Censo da Educação Básica e o Censo da Educação Superior coletam apenas informações da estrutura física existente nas escolas de educação básica e instituições de ensino superior. Não há informações sobre projetos de construção, ampliação e reforma dessas instituições.

3.23. **7. Avaliação das ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação juntamente com os sistemas de ensino para cumprimento do referido marco legal até 2020.**

3.24. Sobre este ponto, reiteramos o exposto nos pontos 3 e 4.

3.25. A União, representada por MEC e FNDE, vem avaliando e distribuindo obras literárias suficientes para a composição dos acervos de bibliotecas de todas as escolas públicas, já que esta distribuição faz frente à proporcionalidade de um livro por estudante prevista pela Lei nº 12.244/2010.

3.26. Ademais, como restam quatro anos de prazo para a efetiva implantação da lei, prevê-se que o quantitativo mínimo de um livro por estudante, por ela exigido, deverá ser superado, tendo em vista a definição, trazida pelo Decreto nº 9.099/2017, de que o novo PNLD distribuirá anualmente obras didáticas e literárias para uso em sala de aula pelos estudantes, conforme critérios, requisitos e procedimentos previstos em Resolução do FNDE, sem prejuízo a uma distribuição periódica de acervos para bibliotecas escolares.

3.27. Conforme apresentado em resposta ao ponto 4, o indicador do PAR "Biblioteca: instalações, espaço físico e organização", que tem ligação com as metas 6 e 7 do PNE, verifica, dentre outros, se as escolas da rede possuem biblioteca, em cumprimento à Lei 12.244/2010.

#### 4. **CONCLUSÃO**

4.1. Sendo consideradas as informações prestadas, submeto ao Gabinete do Ministro para posterior envio à 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados.

**Elaine Gontijo**  
Chefe da Assessoria Parlamentar  
Gabinete do Ministro  
Ministério da Educação

Documento assinado eletronicamente por Elaine Da Silva Gontijo, Chefe da Assessoria Parlamentar, em 27/12/2017, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0940631 e o código CRC 141B1ADD.



## Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ano	Rede	Número de escolas da Educação Básica com biblioteca ou sala de leitura e total - 2016				Número de Instituições de Educação Superior com biblioteca e total - 2016	
		Total	Com Biblioteca	Somente Sala de Leitura	Sem Biblioteca e Sala de Leitura	Total	Com Biblioteca
Total		186.081	69.367	24.639	92.075	2.407	2.407
2016	Federal	687	640	8	39	107	107
2016	Estadual	30.659	18.679	5.929	6.051	123	123
2016	Municipal	114.719	26.666	13.552	74.501	66	66
2016	Privada	40.016	23.382	5.150	11.484	2.111	2.111

Fonte: Censo da Educação Básica e Censo da Educação Superior.

Nota: Inclui somente os estabelecimentos de ensino em atividade com pelo menos uma matrícula registrada.